



**Município do Porto Santo**  
**Câmara Municipal**

**CADERNO DE ENCARGOS**

**CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO, COM  
PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO  
EUROPEIA – PROCESSO 39/2025**

**AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO DE  
INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA, HARDWARE E SOFTWARE,  
NO ÂMBITO DO PROJETO BAIRRO COMERCIAL DIGITAL DO  
MUNICÍPIO DO PORTO SANTO**

Aprovado, 21/07/2025  
O Presidente da Câmara,

(Nuno Filipe Melim Batista)



## **Município do Porto Santo**

### **Câmara Municipal**

Caderno de Encargos do Concurso Limitado por Prévia Qualificação: Aquisição, instalação, configuração de infraestrutura tecnológica, hardware e software, no âmbito do projeto “Bairro Comercial Digital” do Município do Porto Santo.

#### **Parte I**

#### **Cláusulas Jurídicas**

##### **Cláusula 1.ª**

##### **Objeto**

O presente Caderno de Encargos define os termos, condições e especificações a que deve obedecer o contrato a celebrar na sequência do respetivo procedimento pré-contratual, tendo por objeto a aquisição, instalação, configuração de infraestrutura tecnológica, hardware e software, no âmbito do projeto “Bairro Comercial Digital” promovido pelo Município do Porto Santo – iniciativa inserida no âmbito da Transformação Digital, e bem assim, no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR); AVISO N.º 12/C16-I02/2022; Projeto com o número 5396.

##### **Cláusula 2.ª**

##### **Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) O suprimimento dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo cocontratante.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



## Município do Porto Santo Câmara Municipal

Caderno de Encargos do Concurso Limitado por Prévia Qualificação: Aquisição, instalação, configuração de infraestrutura tecnológica, hardware e software, no âmbito do projeto “Bairro Comercial Digital” do Município do Porto Santo.

### Cláusula 3.ª

#### **Produção de efeitos e prazo de vigência do Contrato**

1. O contrato produzirá efeitos no dia imediato ao da sua assinatura.
2. Sem prejuízo do cumprimento de obrigações acessórias que, pela sua natureza, devam perdurar para além da conclusão das prestações principais, a vigência do contrato está limitada à execução integral de todas as obrigações contratuais até ao dia 30 de setembro de 2025, prazo máximo definido pela entidade responsável pela gestão do PRR para a execução física e financeira do projeto apoiado.
3. No contexto do disposto no n.º anterior, o cocontratante obriga-se a:
  - a) Iniciar a execução dos trabalhos de acordo com o programa de trabalhos adjudicado;
  - b) Concluir a execução das prestações e disponibilizar todos os elementos necessários à sua verificação formal e contabilização como despesa elegível até ao dia 30 de setembro de 2025, nos termos definidos pelas entidades gestoras do PRR.
4. O prazo de execução das prestações poderá ser prorrogado mediante modificação objetiva ao contrato, nos termos e condições previstos no presente caderno de encargos, nomeadamente quando resulte de prorrogação do prazo global de execução física e financeira do projeto apoiado pelo PRR, devidamente comunicada pela respetiva entidade gestora.
5. A cessação do contrato por cumprimento das obrigações principais não prejudica a subsistência de obrigações acessórias, incluindo as referentes a garantias, manutenção, suporte técnico e licenciamento de software e conteúdos, sempre que estas devam, nos termos do Caderno de Encargos, manter-se ativas por um período não inferior a 24 (vinte e quatro) meses após a conclusão da execução principal.

### Cláusula 4.ª

#### **Obrigações gerais do cocontratante**

Sem prejuízo de outras obrigações constantes da legislação aplicável, do presente Caderno de Encargos ou das cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações gerais:

- a) Executar todas as prestações contratuais com rigor técnico, inovação, eficiência e qualidade, garantindo a conformidade com os requisitos técnicos e funcionais definidos e assegurando



## Município do Porto Santo Câmara Municipal

Caderno de Encargos do Concurso Limitado  
por Prévia Qualificação: Aquisição, instalação,  
configuração de infraestrutura tecnológica,  
hardware e software, no âmbito do projeto  
“Bairro Comercial Digital” do Município do  
Porto Santo.

a entrega de soluções totalmente operacionais, devidamente instaladas, configuradas e testadas, dentro dos prazos fixados;

- b) Assegurar que todas as atividades são realizadas por profissionais com comprovada qualificação nas áreas relevantes, nomeadamente nas de engenharia de redes, instalação de hardware, desenvolvimento de software, integração de sistemas, programação, UX/UI design, gestão de plataformas digitais e tecnologias emergentes aplicadas a cidades inteligentes;
- c) Garantir que todos os conteúdos desenvolvidos, soluções tecnológicas implementadas e equipamentos fornecidos se encontram livres de ónus, encargos ou restrições, podendo ser utilizados, editados, reproduzidos, integrados ou difundidos pela entidade adjudicante, diretamente ou por via de terceiros, sem necessidade de autorização prévia ou encargos adicionais;
- d) Proceder a todos os ajustamentos, revisões ou atualizações que venham a revelar-se necessárias à boa execução do objeto contratual, sempre que solicitado pela entidade adjudicante, desde que compatíveis com as funcionalidades previstas e sem prejuízo dos prazos contratuais;
- e) Comparecer em reuniões presenciais ou remotas sempre que convocado pelo Município do Porto Santo, assegurando a articulação eficaz com os serviços técnicos municipais e promovendo o acompanhamento contínuo da execução;
- f) Cumprir todas as orientações emitidas pela entidade adjudicante, desde que compatíveis com a legislação aplicável e com as especificações técnicas contratualizadas;
- g) Assegurar a confidencialidade de toda a informação e documentação a que tenha acesso no âmbito da execução do contrato, abstendo-se da sua utilização ou divulgação para fins alheios, salvo autorização expressa da entidade adjudicante;
- h) Implementar uma estrutura de comunicação eficaz, com pontos de contacto técnico e operacional claramente definidos, assegurando resposta célere a solicitações, dúvidas ou sugestões;
- i) Utilizar os meios humanos, técnicos e logísticos adequados à execução do contrato, garantindo a continuidade e estabilidade da equipa afeta ao projeto e a gestão eficiente dos recursos mobilizados;
- j) Comunicar com antecedência todas as situações suscetíveis de comprometer o normal desenvolvimento da execução contratual, propondo de imediato soluções técnicas ou operacionais que permitam ultrapassar os constrangimentos detetados;



## Município do Porto Santo Câmara Municipal

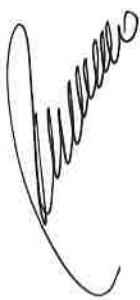
Caderno de Encargos do Concurso Limitado  
por Prévia Qualificação: Aquisição, instalação,  
configuração de infraestrutura tecnológica,  
hardware e software, no âmbito do projeto  
“Bairro Comercial Digital” do Município do  
Porto Santo.

- k) Produzir, sempre que solicitado, documentação técnica, relatórios, declarações ou outros elementos exigidos para efeitos de verificação, acompanhamento, auditoria ou justificação junto das entidades financiadoras ou gestoras de programas públicos;
- l) Garantir, no caso dos equipamentos sujeitos a entrega física, que os mesmos sejam fornecidos totalmente operacionais, com todos os componentes e instruções de utilização, em formato físico e digital, correndo por sua conta todas as despesas e encargos com o transporte, entrega e instalação no local definido pela entidade adjudicante;
- m) Assegurar, durante o período de manutenção contratual, a monitorização ativa do funcionamento de todas as plataformas digitais, incluindo o marketplace, o website, a aplicação móvel, a plataforma de gestão e a sala de controlo, promovendo ativamente todas as ações corretivas que se revelem necessárias à sua segurança, estabilidade e desempenho;
- n) Possuir e manter válidas todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos ou licenças necessárias ao cumprimento integral das obrigações contratuais;
- o) Prestar garantia mínima de três anos sobre os equipamentos fornecidos, a contar da assinatura do auto de receção, assegurando a sua reparação ou substituição integral, sem encargos adicionais, sempre que se verifiquem defeitos ou desconformidades com as especificações técnicas ou com a legislação aplicável;
- p) Executar os serviços e entregas de bens nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, sem interrupção da contagem de prazos aos sábados, domingos e feriados, sempre que o cronograma de trabalhos assim o exija.
- q) Assumir integralmente o risco de não elegibilidade da despesa, por atraso, execução parcial ou deficiente do projeto, aceitando que nenhuma quantia será devida pelo Município por prestações rejeitadas ou realizadas fora do prazo, salvo prorrogação contratualmente admitida, suportando, se necessário, a remoção dos bens ou soluções instaladas.

### Cláusula 5.ª

#### **Prazo do dever de sigilo**

1. O dever de sigilo a que se refere a cláusula anterior mantém-se em vigor por um período de cinco (5) anos, contados a partir da data de cessação do contrato, independentemente do motivo que lhe tenha dado origem.
2. O disposto no número anterior não prejudica o cumprimento de deveres legais permanentes de confidencialidade relativamente a informação classificada, sensível, pessoal ou sujeita a especial proteção legal, os quais subsistirão sem limitação temporal.



## Município do Porto Santo Câmara Municipal

Caderno de Encargos do Concurso Limitado  
por Prévia Qualificação: Aquisição, instalação,  
configuração de infraestrutura tecnológica,  
hardware e software, no âmbito do projeto  
“Bairro Comercial Digital” do Município do  
Porto Santo.

### Cláusula 6.ª

#### **Direitos de propriedade intelectual e direitos de utilização**

1. Todos os conteúdos, soluções e ativos intangíveis produzidos no âmbito da execução do contrato, designadamente imagens, vídeos, ficheiros de áudio, interfaces gráficas, código-fonte, aplicações, plataformas digitais, bases de dados, materiais promocionais e documentação técnica, são propriedade exclusiva da entidade adjudicante, que poderá utilizá-los, reproduzi-los, adaptá-los, divulgar ou ceder a terceiros, a qualquer título e sem limitação temporal ou territorial, sem necessidade de autorização prévia do cocontratante e sem qualquer custo adicional.
2. O cocontratante declara e garante que todos os elementos fornecidos são originais, ou que detém todos os direitos, licenças, autorizações ou cessões necessárias à sua utilização contratual e subsequente apropriação plena pela entidade adjudicante, responsabilizando-se integralmente por quaisquer infrações de direitos de propriedade intelectual ou industrial de terceiros, incluindo a obrigação de indemnizar o Município por todos os danos, custos ou encargos direta ou indiretamente resultantes.
3. A entidade adjudicante poderá, a seu exclusivo critério, ceder, transferir ou disponibilizar os conteúdos a quaisquer entidades públicas ou privadas, designadamente no âmbito de candidaturas a programas de financiamento, auditorias, ações promocionais, protocolos de cooperação, partilhas intermunicipais ou outras formas de colaboração institucional.
4. O cocontratante obriga-se a não reutilizar, divulgar, publicar, reproduzir, sublicenciar ou ceder, total ou parcialmente, os conteúdos, soluções ou produtos desenvolvidos no âmbito do contrato, salvo autorização prévia, expressa e escrita da entidade adjudicante, ou em cumprimento de imposição legal ou judicial.
5. Sempre que sejam utilizados elementos licenciados ou sujeitos a regimes de reutilização condicionada (ex.: software de terceiros, bibliotecas, módulos, componentes de IA, APIs, etc.), o prestador deve identificar expressamente os respetivos termos de licença e garantir que a sua utilização pela entidade adjudicante é plena, sem encargos adicionais ou restrições de exploração, pelo prazo mínimo de 24 meses após a receção provisória.

### Cláusula 7.ª

#### **Licenciamento de software incorporado**

1. O cocontratante garante que todos os softwares fornecidos no âmbito do presente contrato, incluindo os necessários ao funcionamento das plataformas digitais,





## Município do Porto Santo Câmara Municipal

Caderno de Encargos do Concurso Limitado  
por Prévia Qualificação: Aquisição, instalação,  
configuração de infraestrutura tecnológica,  
hardware e software, no âmbito do projeto  
“Bairro Comercial Digital” do Município do  
Porto Santo.

equipamentos e soluções interativas, se encontram devidamente licenciados e legalizados, sendo entregues à entidade adjudicante com direitos de utilização plena, irrevogável e perpétua, abrangendo todas as funcionalidades contratualizadas e respetivas atualizações e correções disponibilizadas durante o período de garantia ou manutenção.

2. Caso a solução contratada dependa de licenças de software de terceiros, o cocontratante obriga-se a incluí-las no fornecimento, assegurando a sua legalidade, validade e compatibilidade com a arquitetura tecnológica prevista, devendo ainda informar a entidade adjudicante sobre a natureza e os termos das mesmas.
3. É vedada a utilização de software em regime de demonstração, temporário ou sujeito a limitações técnicas ou de prazo que comprometam, parcial ou totalmente, a operação continuada e a estabilidade da solução implementada, salvo aceitação prévia e expressa da entidade adjudicante, devidamente justificada em termos técnicos.

### Cláusula 8.ª

#### **Qualidade técnica das prestações**

1. O cocontratante obriga-se a executar todas as prestações contratadas com elevado rigor técnico, observando os mais exigentes padrões de qualidade, funcionalidade e fiabilidade, em conformidade com as especificações técnicas do contrato, bem como com a legislação e regulamentação aplicáveis.
2. Todos os conteúdos digitais, soluções desenvolvidas, plataformas implementadas e equipamentos fornecidos devem apresentar pleno funcionamento, qualidade visual adequada, responsividade, acessibilidade, integridade operacional e compatibilidade com os sistemas existentes.
3. A verificação de quaisquer erros, omissões, deficiências técnicas, anomalias ou desconformidades, durante a vigência do contrato ou do período de manutenção, obriga o cocontratante a proceder, sem qualquer encargo para a entidade adjudicante, à respetiva correção, substituição ou ajustamento, no prazo mais curto possível e compatível com a boa execução do contrato, sem prejuízo da responsabilidade legal ou contratual aplicável.

### Cláusula 9.ª

#### **Testes de aceitação funcional**

1. A aceitação definitiva da solução pressupõe a realização de testes de aceitação funcional por parte da entidade adjudicante, com vista à verificação do correto funcionamento dos



## Município do Porto Santo Câmara Municipal

Caderno de Encargos do Concurso Limitado por Prévia Qualificação: Aquisição, instalação, configuração de infraestrutura tecnológica, hardware e software, no âmbito do projeto "Bairro Comercial Digital" do Município do Porto Santo.

sistemas, plataformas, equipamentos e funcionalidades entregues, de acordo com os requisitos técnicos contratualizados.

2. Os testes de aceitação baseiam-se em critérios objetivos de conformidade com o caderno de encargos, incluindo a estabilidade, qualidade visual, acessibilidade, interoperabilidade e usabilidade das plataformas, bem como a operação dos dispositivos instalados nos diversos pontos do Bairro Comercial Digital.
3. A aceitação funcional apenas se considera concluída com a validação formal da entidade adjudicante, sendo lavrado auto de aceitação funcional subscrito por ambas as partes, o qual poderá conter condições, reservas ou recomendações.
4. A deteção de desconformidades obriga o cocontratante à respetiva correção no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo prazo diverso acordado por escrito, sem quaisquer encargos adicionais para a entidade adjudicante.

### Cláusula 10.ª

#### **Garantia dos Equipamentos**

1. Todos os equipamentos fornecidos no âmbito do presente contrato beneficiam de um período de garantia mínima de 3 (três) anos, nos termos legais aplicáveis, a contar da data de aceitação formal pela entidade adjudicante.
2. Durante o período de garantia, o cocontratante obriga-se a reparar ou substituir, sem qualquer custo para a entidade adjudicante, os equipamentos ou componentes que apresentem defeitos de fabrico, falhas de funcionamento, degradação anormal ou desconformidade com as especificações técnicas contratadas, desde que tais ocorrências não resultem de uso indevido ou negligente.
3. As intervenções de reparação ou substituição devem ocorrer de forma tempestiva, adequada ao funcionamento contínuo da solução global, e não suspendem nem interrompem o prazo de garantia originalmente previsto, salvo acordo expresso em contrário.

### Cláusula 11.ª

#### **Formação na utilização dos equipamentos**

1. O cocontratante obriga-se a prestar formação técnica adequada aos utilizadores indicados pela entidade adjudicante, relativamente ao funcionamento das plataformas digitais, dos





## Município do Porto Santo Câmara Municipal

Caderno de Encargos do Concurso Limitado  
por Prévia Qualificação: Aquisição, instalação,  
configuração de infraestrutura tecnológica,  
hardware e software, no âmbito do projeto  
“Bairro Comercial Digital” do Município do  
Porto Santo.

sistemas de gestão e monitorização, dos dispositivos instalados e das soluções interativas implementadas.

2. A formação será realizada em data a acordar com a entidade adjudicante, de forma presencial ou remota, devendo incluir sessões práticas e teóricas sobre a utilização correta das soluções, administração básica das plataformas, boas práticas de segurança e manutenção, bem como procedimentos de reporte de anomalias.
3. A formação deve ter uma duração mínima total de 8 (oito) horas, podendo ser repartida por módulos ou sessões distintas, conforme conveniência das partes.
4. A formação será acompanhada de materiais de apoio em suporte físico ou digital, incluindo manuais de utilização, guias operacionais e vídeos tutoriais, sempre que aplicável.

### Cláusula 12.ª

#### Preço contratual

1. Pela execução integral das prestações objeto do presente contrato, o Município do Porto Santo pagará ao cocontratante o montante global constante da proposta adjudicada, acrescido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior é fixo, global e definitivo.
3. O preço referido no n.º 1 abrange igualmente todos os custos, encargos e despesas inerentes à execução do contrato, salvo nos casos em que a responsabilidade esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante no presente Caderno de Encargos.
4. O pagamento do preço será efetuado nos termos definidos na cláusula específica sobre faturação e pagamentos, ficando condicionado à verificação do cumprimento das obrigações contratuais e à aceitação das prestações pela entidade adjudicante.
5. O cocontratante não pode reclamar qualquer acréscimo ao preço contratual, salvo nos casos legalmente admissíveis de modificação objetiva do contrato.

### Cláusula 13.ª

#### Preço base

1. O preço base do presente procedimento é fixado no montante de **611 394,09 €** (seiscentos e onze mil, trezentos e noventa e quatro euros e nove cêntimos), acrescido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor, correspondendo ao valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução integral das prestações objeto do contrato.



## Município do Porto Santo Câmara Municipal


Caderno de Encargos do Concurso Limitado por Prévia Qualificação: Aquisição, instalação, configuração de infraestrutura tecnológica, hardware e software, no âmbito do projeto "Bairro Comercial Digital" do Município do Porto Santo.

2. O referido montante foi definido com base em **consultas preliminares ao mercado**, nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, tendo sido adotado um valor ligeiramente inferior ao orçamento mais favorável recebido, por razões de compatibilidade orçamental.
3. Os elementos que fundamentam o preço base podem ser disponibilizados mediante solicitação, após o termo do prazo para apresentação de propostas

Cláusula 14.ª

### Condições de pagamento

1. A faturação do preço contratual será efetuada numa única prestação, a emitir exclusivamente após a verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais e a aceitação definitiva, por parte do Município do Porto Santo, da entrega e instalação de todos os equipamentos, soluções tecnológicas e plataformas digitais previstas no presente Caderno de Encargos.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, a aceitação definitiva depende da entrega, instalação, configuração e demonstração do funcionamento das soluções e equipamentos contratados, incluindo os sistemas de conectividade, equipamentos e plataformas de informação digital, marketplace, website, app, Smart POS, cartões do Município, plataforma de gestão, sala de comando, sensores, sistema de vídeo, e soluções de segurança e bem-estar.
3. A fatura emitida ao abrigo do contrato a celebrar deve observar a legislação aplicável à faturação eletrónica na contratação pública, cabendo ao cocontratante garantir o cumprimento integral das regras legais relativas à emissão, submissão e validação de faturas, sem prejuízo da utilização de outros mecanismos de faturação legalmente admissíveis.
4. Em caso de dúvida, desconformidade ou discordância quanto ao valor faturado, o Município do Porto Santo comunicará por escrito os fundamentos da sua posição ao cocontratante, o qual deverá, no prazo de 10 (dez) dias úteis, prestar esclarecimentos, emitir nota de crédito ou fatura corrigida, conforme o caso.
5. O Município do Porto Santo reserva-se o direito de devolver qualquer fatura que não contenha expressamente identificado o número do compromisso ou outro elemento exigido para efeitos de validação.



## Município do Porto Santo Câmara Municipal

Caderno de Encargos do Concurso Limitado  
por Prévia Qualificação: Aquisição, instalação,  
configuração de infraestrutura tecnológica,  
hardware e software, no âmbito do projeto  
“Bairro Comercial Digital” do Município do  
Porto Santo.

6. Em caso de devolução ou correção de fatura nos termos dos números anteriores, o prazo de pagamento previsto no número seguinte conta-se a partir da data de receção da fatura corrigida ou da aceitação dos esclarecimentos prestados.
7. O pagamento da quantia devida será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da receção da respetiva fatura válida, sem prejuízo do cumprimento integral de todas as formalidades legais exigidas, incluindo, designadamente, a verificação da situação contributiva e tributária regularizada do cocontratante e a apresentação do comprovativo de inscrição, bem como das respetivas atualizações, no Registo Central do Beneficiário Efetivo.
8. Tendo em consideração que o pagamento do preço contratual será efetuado numa única prestação, e não estando previstos pagamentos parciais, considera-se dispensado o reforço da caução.

### Cláusula 15.<sup>a</sup>

#### **Modificações objetivas ao contrato**

1. O contrato a celebrar poderá ser modificado nas situações expressamente previstas no Código dos Contratos Públicos, desde que tais alterações respeitem os limites legais aplicáveis e não alterem a natureza global das prestações contratadas.
2. Para além das situações legalmente tipificadas, o contrato pode ainda ser modificado quando se verifique:
  - a) A alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar, desde que tal alteração afete gravemente os princípios da boa-fé e a exigência das obrigações por si assumidas exceda os riscos normalmente previsíveis do contrato;
  - b) A superveniência de razões de interesse público, devidamente fundamentadas, resultantes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes à data da celebração do contrato.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, poderão ainda justificar modificações objetivas ao contrato, designadamente:
  - a) A prorrogação do prazo de execução, desde que tal prorrogação não comprometa os objetivos ou os prazos do projeto em que se integra o contrato;



## Município do Porto Santo Câmara Municipal

Caderno de Encargos do Concurso Limitado  
por Prévia Qualificação: Aquisição, instalação,  
configuração de infraestrutura tecnológica,  
hardware e software, no âmbito do projeto  
"Bairro Comercial Digital" do Município do  
Porto Santo.

- b) A suspensão temporária da execução, por motivo de força maior, caso fortuito, circunstância superveniente, etc., que torne temporariamente impossível a continuidade dos trabalhos, com efeitos sobre o prazo global a fixar por aditamento;
  - c) A necessidade de proceder a ajustes técnicos, funcionais ou de compatibilidade, nomeadamente para garantir a interoperabilidade entre sistemas, conformidade com requisitos legais ou regulamentares supervenientes, ou exigências das entidades financiadoras ou fiscalizadoras;
  - d) A substituição justificada de equipamentos, componentes tecnológicos ou software por outros com características técnicas equivalentes ou superiores, sempre que se justifique por indisponibilidade no mercado, descontinuação, obsolescência tecnológica ou razões técnicas devidamente fundamentadas;
  - e) A inclusão de prestações adicionais estritamente conexas com o objeto do contrato, indispensáveis à coerência e operacionalidade das soluções instaladas, designadamente:
    - i) Adaptação ou expansão de funcionalidades das plataformas digitais;
    - ii) Integração de novos equipamentos ou sensores em número reduzido;
    - iii) Fornecimentos ou configurações complementares de software;
    - iv) Reforço pontual de dispositivos de conectividade ou segurança digital.
  - f) A prorrogação do período de suporte técnico ou manutenção das plataformas digitais contratadas, desde que compatível com os limites legais e com o cabimento orçamental disponível.
4. As modificações contratuais referidas nos números anteriores carecem sempre de fundamentação expressa, aprovação da entidade adjudicante e formalização através de aditamento escrito, precedido, quando exigível, da emissão dos pareceres técnicos e jurídicos necessários.

### Cláusula 16.<sup>a</sup> Penalidades

1. O incumprimento das obrigações contratuais por parte do cocontratante, incluindo atrasos ou falhas na entrega, instalação, configuração, formação, bem como desconformidades quantitativas ou qualitativas nos equipamentos ou serviços fornecidos, dá lugar à aplicação de penalidades pecuniárias.



## Município do Porto Santo Câmara Municipal

Caderno de Encargos do Concurso Limitado  
por Prévia Qualificação: Aquisição, instalação,  
configuração de infraestrutura tecnológica,  
hardware e software, no âmbito do projeto  
“Bairro Comercial Digital” do Município do  
Porto Santo.

2. Por cada dia de atraso injustificado na entrega e instalação dos bens ou na realização da formação exigida, será aplicada uma penalidade de **1% do preço contratual**, até ao limite máximo de **20% do mesmo**.
3. Se forem identificadas falhas ou insuficiências nas quantidades entregues ou nas características técnicas ou funcionais dos bens ou serviços, cuja correção implique nova entrega, substituição, reconfiguração ou repetição de formação, será igualmente aplicada a penalidade prevista no número anterior, desde a notificação da não conformidade até à aceitação da correção.
4. Durante o período de manutenção técnica, a ausência de resposta adequada ou de ação corretiva em tempo razoável, sempre que solicitada pela entidade adjudicante, poderá dar lugar à aplicação de uma penalidade de **0,25% do preço contratual por ocorrência**, sem prejuízo de outras consequências contratuais ou legais aplicáveis.
5. Se, atingido o limite de penalidade referido no n.º 2, o Município do Porto Santo entender que a resolução do contrato causaria grave prejuízo ao interesse público, poderá, de forma fundamentada, aplicar penalidade adicional até ao limite máximo de 30% do preço contratual, nos termos do n.º 3 do artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos.
6. As penalidades aplicadas podem ser compensadas com os montantes devidos ao cocontratante, mediante comunicação escrita prévia.
7. A aplicação das penalidades não prejudica a responsabilidade civil do cocontratante pelos danos efetivamente causados.

### Cláusula 17.ª Casos de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se com tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.



## Município do Porto Santo Câmara Municipal

Caderno de Encargos do Concurso Limitado por Prévia Qualificação: Aquisição, instalação, configuração de infraestrutura tecnológica, hardware e software, no âmbito do projeto "Bairro Comercial Digital" do Município do Porto Santo.

3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este integre, bem como sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar caso de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de força maior.

### Cláusula 18.ª

#### **Resolução do contrato pelo contraente público**

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do Contrato de Prestação de Serviços e de outros aqui previstos, o Município do Porto Santo pode resolver o Contrato nos seguintes casos:
  - a) Incumprimento, ainda que parcial, do Contrato por facto imputável ao Cocontratante;
  - b) A prática de atos dolosos ou negligentes que alterem o bom fornecimento;
  - c) O não cumprimento definitivo das obrigações assumidas em todo o clausulado do presente caderno de encargos.





## Município do Porto Santo Câmara Municipal

Caderno de Encargos do Concurso Limitado  
por Prévia Qualificação: Aquisição, instalação,  
configuração de infraestrutura tecnológica,  
hardware e software, no âmbito do projeto  
“Bairro Comercial Digital” do Município do  
Porto Santo.

- d) Incumprimento, por parte do Cocontratante, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
  - e) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas pelo Cocontratante com inobservância dos termos e limites previstos na lei e ou no presente Caderno de Encargos;
  - f) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
  - g) Se o Cocontratante for dissolvido ou se o mesmo se apresentar à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;
  - h) Se o Cocontratante não contratar e mantiver válidos os seguros, nos termos exigidos pelo presente Caderno de Encargos;
  - i) Se o Cocontratante prestar informações falsas à Entidade Adjudicante, salvo se o Cocontratante demonstrar falta de intencionalidade na prestação dessa informação;
  - j) Se o Cocontratante for condenado, por sentença transitada em julgado, por qualquer delito que afete de forma grave a sua honorabilidade;
  - k) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.
2. Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do Cocontratante, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo de a Entidade Adjudicante poder executar as garantias prestadas.
  3. No caso previsto na alínea k) do número anterior, o Cocontratante tem direito a indemnização correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.
  4. A falta de pagamento da indemnização prevista no número anterior no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao Cocontratante o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respetiva importância.
  5. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada pela Entidade Adjudicante ao Cocontratante com 10 (dez) dias de antecedência relativamente à respetiva produção de efeitos e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.



## Município do Porto Santo Câmara Municipal

Caderno de Encargos do Concurso Limitado  
por Prévia Qualificação: Aquisição, instalação,  
configuração de infraestrutura tecnológica,  
hardware e software, no âmbito do projeto  
“Bairro Comercial Digital” do Município do  
Porto Santo.

6. O disposto nos números anteriores não prejudica a aplicação de sanções ao Cocontratante que se mostrem devidas nos termos do Contrato, assim como as indemnizações legais e contratuais devidas à Entidade Adjudicante.

### Cláusula 19.ª

#### **Resolução do por parte do fornecedor**

O fornecedor de serviços pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

### Cláusula 20.ª

#### **Cessão da posição contratual e subcontratação**

São admitidas a cessão da posição contratual e a subcontratação, nos termos do disposto nos artigos 317.º e seguintes do CCP.

### Cláusula 21.ª

#### **Comunicações e notificações**

Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas nos termos do Código dos Contratos Públicos. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

### Cláusula 22.ª

#### **Entrega de documentos nos termos do DLR n.º 34/2008/M, de 14 de agosto**

Nos termos do disposto no artigo 7.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, durante o prazo de vigência do contrato, incluindo eventuais prorrogações, o cocontratante e, quando aplicável, os subcontratados, devem entregar os documentos identificados na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do referido diploma legal, até à conclusão da prestação dos serviços ou à receção dos bens fornecidos, devendo tal entrega ocorrer, respetivamente, em simultâneo com o pedido de pagamento ou entre a entrega e a receção dos bens.



## Município do Porto Santo Câmara Municipal

Caderno de Encargos do Concurso Limitado  
por Prévia Qualificação: Aquisição, instalação,  
configuração de infraestrutura tecnológica,  
hardware e software, no âmbito do projeto  
“Bairro Comercial Digital” do Município do  
Porto Santo.

Cláusula 23.<sup>a</sup>

### Proteção de dados pessoais

1. É dado conhecimento ao Cocontratante que o Município do Porto Santo tem instituída uma “Política de Privacidade e Tratamento de Dados Pessoais”, aplicável a todos os Colaboradores e Prestadores de Serviços, vertida em documento próprio com esta denominação, o qual está permanentemente acessível na sede desta, a qual é livre e integralmente aceite pelo Cocontratante.
2. O cumprimento pelo Cocontratante da “Política de Privacidade e Tratamento de Dados Pessoais” instituída é imperativo, bem como o cumprimento da legislação sobre privacidade e proteção de dados pessoais em vigor, sendo a sua violação motivo justificativo para cessação do presente contrato, entre outras ações possíveis de âmbito criminal ou cível.
3. No caso de o Cocontratante incumprir com as regras implementadas para tratamento de dados pessoais será responsável pelos prejuízos que esse incumprimento trazer ao Município do Porto Santo, mormente coimas aplicadas, e demais responsabilidades noutras sedes conforme indicado no ponto anterior.
4. O Município do Porto Santo declara que utiliza os dados pessoais do Cocontratante estritamente no âmbito do cumprimento das obrigações legais decorrentes da celebração do contrato e para efeitos de execução do mesmo, permanecendo na posse desses dados após esse momento para cumprimento dos prazos legais obrigatórios de conservação que forem aplicados em cada caso.
5. O Município do Porto Santo declara cumprir integralmente o disposto na legislação sobre privacidade e proteção de dados pessoais em vigor, no que concerne aos dados pessoais dos seus Prestadores de Serviços e Colaboradores.
6. Informa-se o Cocontratante que os seus dados pessoais serão tratados, na pendência da relação contratual, e enquanto existir alguma obrigação legal, interesse legítimo, interesse público, ou consentimento, nos seguintes moldes:
  - a) Os dados pessoais do Cocontratante poderão ser enviados para as entidades subcontratantes, nomeadamente: assessoria informática, assessoria contabilística, assessoria jurídica, entidades financeiras, entidades públicas, entre outras com a mesma posição relacional (subcontratantes) face ao Município do Porto Santo, nomeadamente para fazer face a obrigações legais existentes no âmbito da execução do contrato, bem ainda no caso de existir algum interesse legítimo do Município do Porto Santo;



## Município do Porto Santo Câmara Municipal

Caderno de Encargos do Concurso Limitado por Prévia Qualificação: Aquisição, instalação, configuração de infraestrutura tecnológica, hardware e software, no âmbito do projeto “Bairro Comercial Digital” do Município do Porto Santo.

- b) Os dados pessoais do Cocontratante serão utilizados no estrito cumprimento das finalidades para as quais foram recolhidos, sempre que necessários e da forma adequada para o efeito, com as devidas garantias de privacidade implementadas pelo Município do Porto Santo e definidas no documento vertical com a “Política de Privacidade e Tratamento de Dados Pessoais”;
  - c) Os dados pessoais do Cocontratante serão utilizados ainda que sem consentimento, quando exista outra forma de tratamento lícito dos mesmos, nomeadamente para o cumprimento de uma obrigação legal, execução do contrato, existência de um interesse legítimo do Município do Porto Santo ou ainda interesse público.
7. Informa-se o Cocontratante que poderá em qualquer momento aceder aos seus dados pessoais, editar os mesmos, conhecer da respetiva forma de tratamento e solicitar a eliminação dos dados que porventura possam estar a ser tratados de forma desnecessária, bem como o direito a revogar o consentimento que seja prestado para casos específicos.

### Cláusula 24.ª Gestor do contrato

Nos termos do artigo 96.º, conjugado com o artigo 290.º-A do CCP, será designado um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, incluindo o dever de acompanhar o cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados na Região Autónoma da Madeira, nomeadamente a entrega dos documentos identificados no artigo 7.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, que constituem, para todos os efeitos, obrigações acessórias da parte adjudicatária.

### Cláusula 25.ª Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

### Cláusula 26.ª Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.



## **Município do Porto Santo Câmara Municipal**

Caderno de Encargos do Concurso Limitado  
por Prévia Qualificação: Aquisição, instalação,  
configuração de infraestrutura tecnológica,  
hardware e software, no âmbito do projeto  
“Bairro Comercial Digital” do Município do  
Porto Santo.

Cláusula 27.<sup>a</sup>

### **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.



## Município do Porto Santo Câmara Municipal

Caderno de Encargos do Concurso Limitado por Prévia Qualificação: Aquisição, instalação, configuração de infraestrutura tecnológica, hardware e software, no âmbito do projeto "Bairro Comercial Digital" do Município do Porto Santo.

### Parte II Especificações Técnicas

#### Cláusula 28.ª Mapa de quantidades

Para efeitos de delimitação objetiva das obrigações do cocontratante, identifica-se infra o mapa de quantidades correspondente às soluções a fornecer, instalar, configurar e integrar no âmbito do presente contrato:

Solução	Descrição	Quantidade
Implementação de Sistemas de Conetividade Comum	Access Points WiFi e 5G	8
Criação de Centros de Informação e Promoção Digital	Mupis Digitais	4
	Montra Digital	1
	Ecrã Digital	1
	Plataforma Digital Signage	1
Desenvolvimento, Gestão e Manutenção de Plataformas Digitais	Marketplace	1
	Website e App do Bairro	1
Desenvolvimento de modelos de negócios mais digitais	Smart POS	20
	Serviço de Análise de dados de pagamento	1
Implementação de novas experiências de consumo	Cartão do Múncipe	2000
Gestão e Monitorização do Bairro	Plataforma de Gestão e Interação Móvel	1
	Sala de Comando e Controlo	1
	Sensores Ambientais	2
	Alarmística de Vídeo	6
Segurança, Cidadania e Bem-Estar	Gestão de Ocorrências	1
	Passadeira Inteligente	1
	Paragem BUS Inteligente	1





## Município do Porto Santo Câmara Municipal

Caderno de Encargos do Concurso Limitado  
por Prévia Qualificação: Aquisição, instalação,  
configuração de infraestrutura tecnológica,  
hardware e software, no âmbito do projeto  
“Bairro Comercial Digital” do Município do  
Porto Santo.

Cláusula 29.<sup>a</sup>

### **Requisitos técnicos das soluções**

Os requisitos técnicos mínimos das soluções a fornecer encontram-se definidos no Anexo Técnico que faz parte integrante do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 30.<sup>a</sup>

### **Fiscalização pelo Tribunal de Contas**

1. Sem prejuízo das disposições aplicáveis ao contrato e às fontes de financiamento envolvidas, o presente contrato poderá estar sujeito a fiscalização prévia, concomitante ou sucessiva pelo Tribunal de Contas, nos termos do artigo 17.º-A da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, do Decreto-Lei n.º 66/96, de 31 de maio, e demais legislação aplicável.
2. Caso venha a ser determinada a sujeição do contrato a fiscalização pelo Tribunal de Contas, o cocontratante obriga-se a prestar toda a colaboração necessária e a fornecer os elementos documentais ou outros que lhe sejam solicitados, nos prazos que venham a ser fixados.
3. Sem prejuízo do disposto na legislação aplicável, a eventual submissão do contrato a fiscalização pelo Tribunal de Contas não impede a sua execução e produção de efeitos, salvo nos casos expressamente previstos na lei.
4. No caso de ser emitida decisão de improcedência nos termos legais, que determine a cessação dos efeitos do contrato ou de atos dele decorrentes, as partes obrigam-se a ajustar a execução do contrato às determinações do Tribunal de Contas, salvaguardando os trabalhos já realizados e a reposição do equilíbrio financeiro do contrato, caso aplicável.
5. As disposições desta cláusula aplicam-se igualmente a quaisquer outros mecanismos de controlo financeiro que possam vir a ser exigidos pelas entidades financiadoras ou por órgãos de controlo interno ou externo da administração pública.
6. Caso o presente contrato venha a estar sujeito a fiscalização prévia, concomitante ou sucessiva pelo Tribunal de Contas ou a qualquer outro mecanismo de controlo financeiro, todos os encargos emolumentares, taxas ou despesas administrativas eventualmente devidas em virtude desse controlo serão suportados pelo cocontratante, salvo disposição legal expressa em sentido contrário.